

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E AS CONTAS DE 2023
DOCAPESCA – PORTOS E LOTAS, S.A.

1. ENQUADRAMENTO

Em observância às disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal (CF) da DOCAPESCA – Portos e Lotas, S.A., (DOCAPESCA) dar parecer sobre o Relatório de Gestão e as Contas (R&C) e sobre o Relatório de Governo Societário (RGS).

A DOCAPESCA apresentou os anteditos documentos, relativos ao exercício de 2023, aprovados pelo Conselho de Administração (CA) em 11/03/2024, preparados em conformidade com as orientações emitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), através do ofício circular n.º SAI_DGTF/2024/269, de 06/02/2024, e com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Por Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE), de 29/07/2022, elegeram-se para o mandato correspondente ao triénio 2022-2024¹ como membros do CA, o Prof. Doutor Sérgio Miguel Redondo Faias para presidente e o Dr. João Pedro da Silva Correia² e a Dra. Rita de Passos Coutinho Moreira Jorge Lourenço para vogais.

2. ATIVIDADE FISCALIZADORA

Nos termos dos Estatutos, aprovados em Assembleia Geral (AG) de 05/06/2018, a fiscalização da DOCAPESCA – Portos e Lotas, S.A. compete a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC), que não é membro daquele órgão, adotando o modelo previsto na alínea b) do n.º 1 do art.º 413.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

O Aviso n.º 15678/2021³ procedeu à alteração dos anteditos Estatutos na sequência do aumento de capital da sociedade, no montante de 500 mil euros, ocorrido no 2º trimestre de 2021⁴, para utilizar, especificamente, nos investimentos indicados como “Construção do Porto de Pesca da Trafaria”.

Em AG, de 28/03/2023, foram designados os órgãos sociais, para acompanhar o mandato em curso (2022-2024) do CA, tendo sido eleitos para membros do CF, como presidente Pedro Miguel Pinto Monteiro, e como vogais efetivos Maria Gabriela Nunes Mendes Campos e Luís Miguel Catarino Narciso Lourinho Correia.

¹ Atendendo a que os mandatos haviam cessado em 2021.

² Designado, nos termos do n.º 4 do art.º 31.º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, para aprovar expressamente qualquer matéria cujo impacto financeiro seja superior a 1% do ativo líquido.

³ Publicado no Diário da República, 2.ª série – N.º 162 – 20 de agosto de 2021

⁴ Por DUE, de 17/06/2021, correspondendo a 100 000 novas ações de valor nominal de 5 euros cada.

Por DUE de 10/12/2018, foi designada a Sociedade BDO & Associados, SROC, Lda.⁵ para a prestação de serviços de auditoria e certificação legal das contas relativas ao triénio 2018-2020, tendo-se mantido em funções desde aquela data. Recentemente, por DUE de 27/11/2023, na sequência da proposta de reeleição apresentada pelo CF, foi deliberada a eleição da sobredita sociedade, para acompanhar o mandato em curso daquele órgão (2022-2024).

O controlo efetuado pelo CF, no decurso de 2023, no âmbito das suas competências, materializou-se, principalmente, pelo acompanhamento regular da gestão da sociedade e a atividade desenvolvida, destacando-se o seguinte:

- a) Recolhemos e analisámos todos os elementos julgados como convenientes e adequados ao bom entendimento das operações e obtivemos todos os esclarecimentos necessários junto da Administração e dos serviços da Empresa;
- b) Procedemos à análise das propostas de plano de atividades/investimentos e orçamento, e respetivas revisões, submetidos pela Empresa (para os exercícios de 2023 e 2024) e emitimos os respetivos pareceres;
- c) Analisámos e elaborámos os relatórios trimestrais de execução orçamental, sobre os controlos implementados, anomalias detetadas, desvios em relação ao previsto, necessidade de adoção de medidas corretivas e observância das orientações tutelares;
- d) Reunimos e tomámos conhecimento das ações desenvolvidas pelo Gabinete de Auditoria Interna e dos relatórios emitidos e acompanhámos o processo de auditoria externa;
- e) Acompanhámos a preparação dos documentos de prestação de contas, que incorporam o Relatório de Gestão, o Relatório de Governo Societário e as demonstrações financeiras;
- f) Atuámos em conformidade com o n.º 2 do art.º 420.º do CSC, fiscalizando o processo de revisão de contas através de reuniões regulares com o ROC e mantendo contacto permanente com este no decurso dos trabalhos;
- g) Realizámos 12 reuniões⁶, presencialmente e com recurso a meios telemáticos, contando com todos os membros do CF, e consultámos todas as atas do CA.

3. APRECIACÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO, DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Apreciação do relatório de gestão

O Relatório, aprovado pelo Conselho de Administração em 11/03/2024, e disponibilizado a este órgão na mesma data, descreve, adequadamente, a atividade desenvolvida em 2023, o desempenho e a posição financeira da Empresa e apresenta, em ponto autónomo, informação quanto à observância das disposições legais e das orientações do acionista, cumprindo, no geral, com o disposto no art.º 66.º

⁵ Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) sob o n.º 29 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) sob o n.º 20161384, representada por Sandra Simões Filipe de Ávila Valério, registada na OROC com o n.º 995 e na CMVM com o n.º 20160610.

⁶ Quatro e oito, no Mandato I e II, respetivamente.

do CSC e com as instruções para a prestação das contas de 2023, transmitidas pela DGTF, através do ofício circular n.º SAI_DGTF/2024/269, de 06/02/2024.

A DOCAPESCA, preparou e apresentou as demonstrações financeiras de acordo com as NCRF do regime geral do SNC, contemplando o Balanço em 31/12/2023 (que evidencia um total do ativo de 49 685 867 euros e um total de capital próprio de 28 055 264 euros, incluindo um resultado líquido de 835 947 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações ao Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, e o respetivo anexo, relativas ao ano findo naquela data.

A BDO & Associados, SROC, Lda, examinou as demonstrações financeiras da Empresa e emitiu a respetiva Certificação Legal das Contas em 18/03/2024, que integra o presente relatório (Vd. Anexo 7), teor com o qual o CF concorda, incluindo a opinião com reservas que subsistem de anos anteriores, uma relacionada com o processo, em curso, de integração do extinto Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IPTM, I.P. (IPTM) e outra com o Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) resultante da assunção de responsabilidades com novas infraestruturas na sequência das novas competências atribuídas e da negociação de alguns contratos de concessão celebrados com as Administrações Portuárias.

Atendendo a que as reservas legais já representam 20% do capital social (cfr. n.º 1 do art.º 295.º do CSC), o Conselho de Administração, nos termos da alínea f) do n.º 5 do art.º 66.º do CSC, propõe que o resultado líquido apurado, no exercício de 2023, no montante de 835 947,08 euros seja transferido na sua totalidade para a conta de Resultados Transitados.

Atividade

Em 2023, transacionaram-se nas diversas lotas da DOCAPESCA, 110 mil toneladas de pescado, correspondendo a um valor de venda de 250 milhões de euros (M€), superando os valores atingidos no ano transato⁷, representando um preço médio de 2,27 euros (Vd. Anexo 5).

A Empresa apenas reconhece na demonstração dos resultados os rendimentos relativos à primeira venda de pescado que resultam da aplicação de taxas⁸, sobre o valor do pescado transacionado, a liquidar pelos armadores/pescadores e compradores.

Investimento

Em 2023, o montante de investimento realizado pela DOCAPESCA totalizou 12 M€, dos quais 10,5 M€ de natureza específica. Tais níveis de execução superaram em 52,3% o total de investimento previsto para 2023⁹ - 7,9 M€ (Vd. Anexo 4).

Desempenho financeiro

De forma a verificar o desempenho financeiro da DOCAPESCA, apreciou-se a evolução das principais

⁷ Em 2022, foram transacionadas 99 mil toneladas de pescado, no montante de 246 M€, representando um preço médio de 2,48 euros.

⁸ Fixadas pelas Portarias n.º 251/2008, de 4 de abril e n.º 495/2008, de 23 de junho.

⁹ A execução de investimentos específicos ficou 65% acima do previsto, menos 1,5% no caso dos correntes, considerando as revisões efetuadas ao plano de investimentos.

rubricas de rendimentos, gastos e respetivos resultados alcançados no período de 2023 face a 2022, bem como o comportamento dos principais indicadores.

Sinteticamente, em 2023, a DOCAPESCA apresentou o desempenho financeiro seguinte:

Quadro 1 - Demonstração de desempenho financeiro e indicadores

Unidade: 10³ euros

RENDIMENTOS, GASTOS E RESULTADOS	2023	2022	Δ 23/22	
			Valor	(%)
Rendimentos operacionais	30 065	30 233	-168	-0,6%
Vendas e Serviços Prestados	29 932	30 028	-95	-0,3%
Subsídios à exploração	132	203	-71	-34,8%
Variação nos inventários da produção	0	2	-2	-92,0%
Gastos operacionais	-24 766	-23 415	-1 350	-5,8%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-418	-433	15	3,5%
Fornecimentos e serviços externos	-10 142	-9 580	-562	-5,9%
Gastos com o pessoal	-14 205	-13 402	-803	-6,0%
Outros rendimentos e gastos	248	1 473	-1 224	-83,1%
Imparidades	-581	556	-1 137	-204,6%
Provisões	21	-130	151	116,3%
Outros rendimentos	2 545	2 485	60	2,4%
Outros gastos	-1 736	-1 439	-298	-20,7%
Resultados			0	n.a.
EBITDA	5 548	8 290	-2 743	-33,1%
Amortizações, depreciações e reversões	-4 482	-4 211	-270	-6,4%
EBIT	1 066	4 079	-3 013	-73,9%
Resultado financeiro	-2	4	-6	-140,6%
Resultado antes de impostos	1 064	4 083	-3 019	-73,9%
Impostos	-228	-1 137	909	79,9%
Resultado líquido	836	2 946	-2 110	-71,6%

Fonte: Documentos de prestação de contas

Em 2023, a Empresa apurou um resultado líquido positivo de 836 mil euros, traduzindo um decréscimo de 2 110 mil euros (-71,6%) face a 2022 (2 946 mil euros).

Os rendimentos operacionais elevaram-se a 30 065 mil euros, apresentando uma redução de 168 mil euros (-0,6%), em relação a 2022, por via das reduções, das vendas e serviços prestados em 95 mil euros (-0,3%) e dos subsídios à exploração e da variação nos inventários da produção em 71 e 2 mil euros, respetivamente.

A antedita variação resulta, sobretudo, das reduções nos serviços dos portos de pesca (-207 mil euros) e serviços de náutica e recreios (-306 mil euros), que, apesar do comportamento favorável na primeira venda de pescado (+278 mil euros) não foi suficiente para acomodar.

Os gastos operacionais elevaram-se a 24 766 mil euros, expressando um acréscimo de 1 350 mil euros (+5,8%) em relação a 2022, resultando, sobretudo, do agravamento dos gastos com fornecimentos e serviços externos em 562 mil euros (+5,9%) e dos gastos com pessoal em 803 mil euros (+6%).

A rubrica outros rendimentos e gastos totalizou 248 mil euros, diminuindo 1 224 mil euros face a 2022. Tal variação foi influenciada, negativamente, pelo reconhecimento de perdas de imparidade de dívidas a receber em 637 mil euros e pelo aumento dos outros gastos em 298 mil euros, e positivamente com a evolução favorável dos outros rendimentos e das provisões nos montantes de 60 e 151 mil euros, respetivamente.

Em 2023, em resultado do comportamento dos anteditos componentes, o EBITDA e EBIT totalizaram 5 548

e 1 066 mil euros, traduzindo decréscimos de 33,1% e 73,9%, respetivamente, em relação a 2022.

Posição financeira

No que tange à posição financeira da DOCAPESCA, importa salientar que, em 31/12/2023, o processo de integração do extinto Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM) ainda se encontrava em curso¹⁰.

Entre 2016 e 2023, a Empresa efetuou a integração dos bens patrimoniais inerentes às viaturas, embarcações e equipamento de movimentação portuária, porém os restantes bens patrimoniais e dominiais carecem ainda de inventariação e avaliação por parte de entidade externa, nos termos do Decreto-Lei (DL) n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, desconhecendo-se, no final de 2023, o impacto total que tal possa ter nas demonstrações financeiras.

Apesar de, no âmbito do processo de descentralização (Lei n.º 50/2018¹¹, de 16 de agosto – Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais), a DOCAPESCA já ter concluído o processo negocial com alguns municípios¹² não estão contemplados, também, os potenciais impactos que a transferência de competências para as restantes autarquias locais e para as entidades municipais possam ter nas demonstrações financeiras.

Na sequência da assinatura dos protocolos com os municípios de Lagos, Portimão, Faro, Olhão e Tavira, a Empresa desreconheceu, reportado a 01/06/2023, das demonstrações financeiras os correspondentes ativos fixos tangíveis, que não se encontravam totalmente depreciados, no montante de 1 059 mil euros, por contrapartida de “Outras variações no capital próprio”, tendo adotado o tratamento contabilístico preconizado no parecer emitido pela Comissão de Normalização Contabilístico (CNC)¹³ e suportado nos pareceres internos da Direção Jurídica e da Direção Financeira.

Assim, a DOCAPESCA encontra-se a aguardar a conclusão do processo de descentralização, para então proceder à avaliação do património que permanecer na sua esfera de atuação, isto é, que não venha a ser incluído nas transferências a realizar para as Autarquias.

No 1º semestre de 2019, a DOCAPESCA concretizou a aquisição da participação financeira¹⁴, na qualidade de associada fundadora, na Associação (sem fins lucrativos) “Smartocean – Associação para a promoção e desenvolvimento do Parque da Ciência e Tecnologia do Mar”, subscrevendo 58 unidades de participação (de um total de 215) a 2 500 euros cada, num valor total de 145 000 euros, correspondendo a 27% do capital.

No início de 2022, a DOCAPESCA concretizou a aquisição da participação financeira¹⁵, na qualidade de associada fundadora, na Associação (sem fins lucrativos) “S2 Aqua – Laboratório Colaborativo para uma

¹⁰ O n.º 2 do art.º 15.º do DL n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, estipula o prazo de 18 meses, após entrada em vigor do diploma, para identificação e avaliação de bens e direitos transmitidos do extinto IPTM.

¹¹ Concretizado pelo DL n.º 72/2019, de 28 de maio.

¹² Protocolos já celebrados com os municípios de Faro, Olhão, Tavira, Lagos, Portimão, Albufeira, Nazaré, Peniche, Esposende e Póvoa de Varzim. Para Cascais não foram identificadas áreas a transferir.

¹³ Remetido à Empresa, por correio eletrónico de 07/02/2024.

¹⁴ Na sequência da DUE do acionista, de 28/12/2018.

¹⁵ Na sequência da DUE do acionista, de 4/01/2022.

Aquacultura Sustentável e Inteligente”, subscrevendo 25 unidades de participação (de um total de 375) a 100 euros cada, num valor total de 2 500 euros, correspondendo a 6,67% do capital.

Desconhece-se, à data, o justo valor das anteditas participações.

A 31/12/2023¹⁶, a DOCAPESCA evidenciava um ativo total de 49 685 867 euros, um passivo total de 21 630 603 euros e um capital próprio de 28 055 264 euros.

Destaca-se, no ativo não corrente, o aumento da rubrica ativos fixos tangíveis em 5 333 mil euros (19%) resultante, sobretudo, da execução do plano de investimentos em 2023 e ao nível do ativo corrente o aumento da rubrica diferimentos em 187 mil euros (90,7%), contrapondo com as diminuições registadas em clientes e caixa e depósitos bancários nos montantes de 255 e 3 098 mil euros, respetivamente.

Em 2023, o capital próprio registou um acréscimo de 990 mil euros (3,7%) em relação a 2022, em resultado, por um lado, dos aumentos, da reserva legal (360 mil euros), dos resultados transitados (1 849 mil euros) proveniente da aplicação do resultado líquido positivo atingido em 2022 (2 946 mil euros¹⁷) e o ocorrido em outras variações no capital próprio (891 mil euros), e por outro com a redução do resultado líquido em 2 110 mil euros.

No final de 2023, o saldo de provisões constituídas ascendia a 1 438 mil euros, menos 21 mil euros em relação ao ano transato, dos quais 528 mil euros respeitavam à melhor estimativa da Empresa, com o exfluxo de recursos que espera incorrer com os processos judiciais que transitaram do extinto IPTM, 160 mil euros respeitante a duas provisões relacionadas com o processo de integração daquele Instituto e 750 mil euros para fazer face a riscos e encargos (348 mil euros para pagamento de IMI, 316 mil euros para impugnação de taxas cobradas, 54 mil euros para cobertura do sinistro ocorrido com o *Travel Lift* de Portimão, 24 mil euros para derrames de combustível e 8 mil euros para acidentes de embarcações).

Em 2023, o passivo não corrente aumentou 610 mil euros (11,8%), em resultado do incremento de 23 mil euros com responsabilidades por benefícios pós-emprego e das outras dívidas a pagar em 608 mil euros e em sentido oposto com a antedita redução das provisões em 21 mil euros

O passivo corrente, também, registou um aumento de 652 mil euros (4,3%), variação que resultou, sobretudo, da redução ocorrida na conta, Estado e outros entes públicos (-751 mil euros) e os aumentos com fornecedores e outras dívidas a pagar em 506 e 895 mil euros, respetivamente.

Em termos de fluxos financeiros, em 2023, o *cash flow* libertado pelas atividades operacionais no montante de 4 781 mil euros, foi insuficiente para cobrir os exfluxos incorridos com as atividades de investimento e de financiamento nos montantes de 7 131 e 749 mil euros, respetivamente, gerando no período uma variação de caixa e seus equivalentes negativa de 3 098 mil euros, mas positiva em 2 526 mil euros no final.

4. CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E DAS ORIENTAÇÕES DO ACIONISTA

Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento

¹⁶ A 31/12/2022, a DOCAPESCA evidenciava um ativo total de 47 432 922 euros, passivo total de 20 368 017 euros e um capital próprio de 27 064 905 euros.

¹⁷ Dos quais foram distribuídos 736 507,61 euros a título de dividendos ao acionista.

Apesar de não terem sido celebrados contratos de gestão para o ano de 2023, o CA regeu a sua atuação pela proposta de contratos submetida às Tutelas e pelo Plano de Atividades/Investimentos e Orçamento para 2023¹⁸ (PAO 2023) aprovado em AG de 28/03/2023.

No entanto, na sequência do processo de descentralização¹⁹, em curso, o CA da DOCAPESCA aprovou em 12/09/2023 a revisão²⁰ do PAO 2023, pelo que, os impactos decorrentes da transferência de competências encontram-se refletidos naquele documento, bem como no R&C de 2023.

Assim, de acordo com a informação constante no R&C, a Empresa apurou um grau de cumprimento dos objetivos de 93,2%, conforme se sintetiza no quadro seguinte:

Quadro 2 – Indicadores de gestão propostos pela DOCAPESCA

VETOR DE INTERVENÇÃO ¹		Peso objetivo	Objetivos de gestão 2023			
			Execução (%)		Execução ponderada (%)	
Vetor 1	Relação com a comunidade	15%	112,6%		16,9%	
Vetor 2	Sustentabilidade do Setor Alimentar do Mar	15%	106,7%		16,0%	
Vetor 3	Valorização e Divesificação da Atividade	15%	55,7%		8,4%	
Vetor 4	Eficiência Organizacional	55%	94,5%		52,0%	
Total		100%			93,2%	
OE11 - Garantir o cumprimento das metas económico-financeiras²		40%	Proposto	Executado	Execução (%)	Execução ponderada (%)
Volume de negócios ³ (€)		10%	29 777 493	29 932 240	100,5%	10,1%
Eficiência operacional ⁴ (%)		10%	82,2%	82,7%	99,4%	9,9%
Prazo médio de Pagamentos (Dias)		10%	40	39	102,5%	10,3%
Resultado líquido (€)		10%	1 053 705	835 947	79,3%	7,9%

¹Execução apurada com base na avaliação dos 11 objetivos estratégicos que os integram assentes em indicadores de desempenho e metas definidas para o efeito

²Objetivo estratégico, composto por 4 indicadores, pertencente ao vetor 4

³Volume de negócios = 71 vendas + 72 Prestação de Serviços - Valores constantes da demonstração dos resultados

⁴(CMVMC+FSE+GcP)/Volume de negócios - Valores constantes da demonstração dos resultados

Fonte: Documentos de prestação de contas

O cumprimento das metas económico-financeiras atingiu um grau de execução de 95,4%, considerando o ponderador previsto para aquele objetivo (40%) aquele indicador concorre com 38,2% para o vetor 4 (Eficiência organizacional).

Gestão do Risco Financeiro

Em virtude do financiamento bancário registado nos últimos anos ser, praticamente, nulo²¹, os encargos financeiros com comissões fixas têm vindo a ser diminutos, ascendendo a 7 624 euros em 2023, no entanto, traduzem um incremento de 3 745 euros (97%) face a 2022.

Limite de crescimento do endividamento

A DOCAPESCA não tem qualquer contrato de financiamento celebrado, dispondo apenas de um descoberto bancário em depósitos à ordem no montante de 1 250 mil euros. A partir de julho de 2023,

¹⁸ Aprovado pelo CA, em 16/09/2022.

¹⁹ Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto – Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, encontrando-se concluído, no final de 2023, o processo negocial com dez municípios, de um total de 21, através de protocolos, homologados pelas respetivas Tutelas.

²⁰ Ainda por aprovar pelo acionista, mas coincidentes com as projeções para 2023 apresentadas no PAO 2024.

²¹ Dispõe apenas de um descoberto bancário em depósitos à ordem.

foram utilizadas três tranches no montante de 625 mil euros cada, para fazer face ao cumprimento dos investimentos realizados no âmbito do Programa Operacional MAR 2020, tendo as mesmas sido reembolsadas, ainda, no decurso daquele ano, consoante as disponibilidades de tesouraria geradas.

O antedito descoberto, que mantinha com o Millennium BCP, foi objeto de renegociação tendo sido revogado e celebrado, em 27/10/2022, um novo contrato com a mesma finalidade, com o Banco BPI, S.A., com condições mais vantajosas²² e renovado em outubro de 2023 nas mesmas condições.

Prazo Médio de Pagamentos (PMP) e atrasos nos pagamentos

Em 2023, o prazo médio de pagamentos situou-se nos 39 dias, traduzindo um aumento de 2 dias em relação ao verificado em 2022 (37 dias), não existindo naquele período dívidas a pagamento com prazo superior a 90 dias.

Uma vez que o PMP se encontra abaixo de 40 dias, considera-se cumprido o estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008²³, de 22 de fevereiro.

Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista e diligências tomadas para solucionar as situações subjacentes à emissão de reservas na última Certificação Legal das Contas

Na Assembleia Geral de 28/03/2023, realizada presencialmente e com recurso a meios telemáticos, o acionista Estado votou favoravelmente a aprovação do Relatório de Gestão e das Contas relativos ao exercício de 2022, recomendando ao Conselho de Administração que diligenciasse no sentido de:

- i. prosseguir as ações tendentes a dirimir as reservas contantes da Certificação Legal das Contas;
- ii. dar cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 133.º do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro, relativamente ao rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios e
- iii. cumprir com o montante de gastos com pessoal que vier a ser autorizado em sede de aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2023.

Relativamente ao ponto i., a Empresa no R&C refere a atual situação das reservas. No entanto, importa referir que as mesmas consubstanciam uma limitação de âmbito e subsistem de anos anteriores, estando a sua extinção, no essencial, dependente da referida conclusão do processo de transferência de competências para os municípios.

Quanto ao ponto ii., em 2022, o volume de negócios da DOCAPESCA elevou-se a 30 M€, superando o registado em 2019 (27 M€), pelo que, de acordo com aquele preceito, as comparações devem ser realizadas com o ano, de entre aqueles dois, que apresentou um volume de negócios superior, isto é, 2022. Também, de acordo com antedito preceito, expurgados os impactos decorrentes do cumprimento de imposições legais aquele indicador apresenta uma redução de 1,1 p.p. (73,9% em 2023 que compara com 75,1% em 2022).

²² A taxa (*all-in*) passou a ser equivalente a Euribor a 6m + 0,43% (*spread* de 0,33% e comissão de acompanhamento de 0,10%), representando uma melhoria face às condições anteriores de Euribor 1m + 2,75%.

²³ Com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril.

Por último, no que respeita ao ponto **iii.**, conforme referido, a revisão ao PAO 2023 não foi objeto de aprovação. Não obstante, a execução dos gastos com pessoal em 2023 ficou 25 mil euros (+0,18%) acima do previsto na revisão para aquele período, porém a Empresa esclarece que a massa salarial registou um incremento de 5,3% face a 2022, abaixo dos 6,1% autorizados para 2023.

Remunerações

A DOCAPESCA evidencia ter dado cumprimento às orientações relativas às remunerações vigentes em 2023 para órgãos sociais e auditor externo.

Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público (EGP)

A DOCAPESCA indica ter dado cumprimento ao disposto nos art.ºs 32.º e 33.º do EGP.

Realização de despesas não documentadas ou confidenciais

No exercício de 2023, a Empresa não apresentou qualquer tipo de despesa não documentada ou confidencial.

Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

Nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, as empresas do setor empresarial do Estado devem promover, de três em três anos, a elaboração, e divulgação, de um relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações.

A DOCAPESCA tem apresentado o antedito relatório, o último relativo a 2020²⁴, encontrando-se divulgado no sítio institucional da Empresa, estando em fase final de elaboração o de 2023.

Plano para a igualdade

A Empresa elaborou e apresentou o seu Plano para a Igualdade e não Discriminação, para o biénio 2022-2023²⁵, conforme disposto no art.º 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e encontra-se divulgado no sítio institucional da Empresa. No entanto, o relatório de acompanhamento, disponibilizado no mesmo local, data de março de 2020 e reporta-se ao plano relativo ao período 2018-2019.

Não obstante, foram obtidas evidências da submissão, em novembro de 2022, na plataforma da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) do plano para a igualdade e do autodiagnóstico da situação das mulheres e homens na entidade/empresa.

Relatório anual sobre prevenção de corrupção

Nos termos do art.º 46.º do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (RJSPE) e do art.º 6.º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção²⁶ (RGPC) as empresas adotam e implementam um Plano de Prevenção

²⁴ Aprovado pelo CA, em 18/03/2021.

²⁵ Aprovado pelo CA, em 15/11/2022.

²⁶ DL 109-E/2021, de 9 de dezembro, que cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e estabelece o regime geral de prevenção da corrupção.

de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR)²⁷. Tal plano foi aprovado pelo CA em 28/12/2022 e encontra-se divulgado no sítio institucional da Empresa.

Por seu turno, no sítio institucional da Empresa, encontra-se divulgado o 1º relatório anual de execução do antedito plano, de março de 2023, relativo a 2022, bem como o relatório de avaliação intercalar do 1º semestre de 2023.

Contratação pública

Em matéria de contratação pública, a DOCAPESCA indica ter aplicado o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e subsequentes alterações. Em 2023, a Empresa não celebrou quaisquer atos ou contratos com valor superior a 5 M€.

Sistema Nacional de Compras Públicas

A DOCAPESCA aderiu à ESPAP/ANCP, em 9 de agosto de 2012.

Eficiência operacional e evolução dos gastos operacionais

A publicação do Decreto-Lei de Execução Orçamental (DLEO) para 2023²⁸, mais concretamente, o art.º 133.º²⁹, determinou, para efeitos de eficiência operacional³⁰ e para os gastos operacionais³¹ das empresas do setor empresarial do Estado, *inter alia*, o seguinte:

No n.º 1 – *“Para efeitos do disposto no artigo 34.º da Lei do Orçamento do Estado, o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios excluídos os impactos decorrentes do cumprimento de imposições legais, devidamente fundamentados, deve ser igual ou inferior ao verificado em 2019 ou 2022, consoante o que registar volume de negócios superior, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.”*

No n.º 4 – *“...devem ainda ser iguais ou inferiores ao valor registado em 2022 os seguintes gastos operacionais:*

- a) Com pessoal, excluído os relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, de orientações expressas do acionista Estado, em matéria de concretização do acordo de médio prazo para a melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade, celebrado a 9 de outubro de 2022, das valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias, nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado, bem como do efeito do absentismo e de indemnizações por rescisão contratual, salvo quando se tratar de rescisões por mútuo acordo;*
- b) Com fornecimentos e serviços externos, corrigido do impacto do aumento dos produtos energéticos, incluindo os impactos deste nos gastos com transportes, nos termos da alínea c) do n.º 2;*
- c) Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota*

²⁷ Devendo ser revisto a cada três anos ou sempre que se opere uma alteração nas atribuições ou na estrutura orgânica ou societária da entidade que justifique.

²⁸ Através do DL n.º 10/2023, de 8 de fevereiro.

²⁹ Referente aos gastos operacionais das empresas do setor empresarial do Estado.

³⁰ Prevista nos n.ºs 1, 2 e 3.

³¹ Prevista nos n.ºs 4 e 5.

automóvel e com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria corrigido do impacto do aumento dos produtos energéticos, incluindo os impactos deste nos gastos com transporte, nos termos da alínea c) do n.º 2.”

No n.º 5 – “O acréscimo dos gastos operacionais referidos no número anterior apenas pode ocorrer em situações excecionais e devidamente identificadas, quantificadas e fundamentadas, nomeadamente revisões de preços contratualmente estabelecidas, ou sustentadas em análise custo benefício, e na evidência de recuperação a médio prazo, ou se acompanhado por um aumento de, pelo menos, igual proporção do volume de negócios mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, em sede de apreciação do plano de atividades e orçamento da empresa.”

Com efeito, com os devidos ajustamentos, comparando com o exercício de 2022³², as anteditas rubricas apresentaram o comportamento que consta do quadro seguinte:

Quadro 3 – Eficiência Operacional

Unidade: euros

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2023	2022	Δ 23/22	
			Valor	(%)
(0) EBITDA	5 547 556	8 290 310	-2 742 754	-33,1%
(1) CMVMC	418 274	433 483	-15 209	-3,5%
(2) FSE	10 142 188	9 579 789	562 399	5,9%
(3) Gastos com o pessoal	14 205 139	13 402 100	803 038	6,0%
i. Gastos relativos aos órgãos sociais	360 060	373 078	-13 018	-3,5%
ii. Efeito do cumprimento de disposições legais	353 153	112 212	240 941	214,7%
iii. Efeito do acordo para a melhoria do rendimento (Despachos de 15-12-2022 e 12-05-2023, SET e SEF)	318 375		318 375	n.a.
iv. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias	47 493	333 522	-286 029	-85,8%
v. Efeito do absentismo e dos gastos com indemnizações pagas por rescisão (exceto por mútuo acordo)	113 072	86 317	26 756	31,0%
(4) Gastos com o pessoal sem os impactos i. a v.	13 012 986	12 496 972	516 014	4,1%
(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais	573 235	430 571	142 664	33,1%
(6) Gastos operacionais para efeitos de apuramento de eficiência operacional = (1) + (2) + (3) - (5)	24 192 366	22 984 802	1 207 564	5,3%
(7) Volume de negócios (VN)	29 932 240	30 027 679	-95 439	-0,3%
Subsídios à Exploração	132 451	203 102	-70 651	-34,8%
(8) Perda de receita decorrente de fatores excecionais	633 967		633 967	n.a.
(9) Volume de negócios para efeitos de apuramento da eficiência operacional (7 + 8)	30 566 207	30 027 679	538 528	1,8%
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	79,1%	76,5%	0	2,6 p.p.
i. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	24 391	18 522	5 869	31,7%
ii. Ajudas de custo (GcP)	23 321	22 197	1 123	5,1%
iii. Gastos associados à frota automóvel ¹	238 834	238 244	590	0,2%
iv. Encargos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	58 953	67 560	-8 608	-12,7%
(11) Total de gastos alínea (i) + (ii) + (iii) + (iv), cfr. Alínea c) n.º 4 art.º 133.º DLEO 2023	345 499	346 524	-1 025	-0,3%
N.º de viaturas	43	44	-1	-2,3%

¹Inclui rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustível e/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Fonte: Documentos de prestação de contas

Em 2023, o indicador de eficiência operacional³³ situou-se nos 79,1% agravando-se 2,6 p.p. em relação a 2022 (76,5%) e 0,6 p.p. abaixo do orçamentado para o mesmo período (79,8%). No entanto, conforme referido, expurgados os impactos decorrentes do cumprimento de imposições legais aquele indicador apresenta uma redução de 1,1 p.p. (73,9% em 2023 que compara com 75,1% em 2022).

Conforme referido, os gastos operacionais elevaram-se a 24 766 mil euros, expressando um acréscimo de 1 350 mil euros (+5,8%) em relação a 2022.

Os gastos com pessoal elevaram-se a 14,2 M€, aumentando 803 mil euros (+6%) em relação a 2022 (13,4 M€). Porém, corrigidos os impactos determinados no DLEO 2023, para aquela rubrica, o antedito

³² Com um volume de negócios de 30 M€, superior ao registado em 2019 (27 M€).

³³ Rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios.

aumento é de 70,3 mil euros (+0,5%), que a Empresa justifica com o incremento dos gastos com seguros de acidentes de trabalho e de saúde, no montante global de 67,1 mil euros.

Por seu turno, os gastos com fornecimentos e serviços externos ascenderam a 10,1 M€, aumentando 0,6 M€ (+5,9%) em relação a 2022 (9,6 M€). Da mesma maneira, corrigindo os impactos, aquela rubrica apresenta uma redução de 10,8 mil euros (-0,1%) em relação a 2022.

O conjunto de gastos previstos na alínea c) do n.º 4 do art.º 133.º do DLEO 2023, tal como determinado, apresentou uma redução de 1 025 euros (-0,3%) face a 2022. Com exceção dos encargos com a contratação de estudos, pareceres projetos e consultoria, todos os restantes gastos previstos naquele preceito registaram aumentos.

A DOCAPESCA terminou o ano de 2023 com 491 trabalhadores³⁴, menos 19 que em 2022 (510), diferencial que a Empresa justifica com a saída de trabalhadores, por reforma e rescisão por iniciativa própria, que não conseguiu substituir até ao final daquele ano.

No final de 2023, a frota automóvel da DOCAPESCA era composta por 43 viaturas menos uma em relação a 2022 (44 viaturas).

Cumprimento do princípio da unidade de tesouraria do Estado

Através de despacho de 28 de abril de 2022³⁵, a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (IGCP), reiterando os despachos dos anos anteriores, excecionou a DOCAPESCA do cumprimento da unidade de tesouraria do Estado, para os anos de 2022 e 2023, somente para os valores:

- a) Dos descobertos bancários;
- b) Das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos de caução à ordem de terceiros;
- c) Inerentes aos empréstimos bancários contraídos (valores estritamente necessários para o serviço do empréstimo, nas datas previstas para o efeito);
- d) Objeto dos contratos de recolha de valores celebrados com a banca comercial, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para contas da DOCAPESCA no IGCP.

Assim, no final de 2023, o montante centralizado no IGCP elevava-se a 2 472 mil euros, repartido em 500 mil euros (20,2%) em aplicações financeiras de curto prazo (CEDIC³⁶) e 1 972 mil euros (79,6%) em disponibilidades imediatas (D.O), encontrando-se fora da tesouraria do Estado 6 mil euros (0,3%).

Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

De acordo com a informação constante do R&C, nos últimos três anos, a DOCAPESCA não foi objeto de qualquer auditoria por parte do Tribunal de Contas.

Elaboração e divulgação da demonstração não financeira

³⁴ Inclui órgãos sociais e dirigentes.

³⁵ N.º INF: 0319/2022.

³⁶ Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo, que se venceu a 02/01/2024.

Desde 2010 que a DOCAPESCA prepara, de acordo com as normas *Global Report Initiative* (GRI), e divulga os relatórios de sustentabilidade, tendo apresentado o de 2010 e os relativos aos biénios 2011-2012, 2013-2014 e 2015-2016 e o de 2017-2020, tendo este último sido divulgado no final de 2021.

A demonstração não financeira relativa ao exercício de 2023, à semelhança do sucedido em 2022 e 2021, foi preparada de acordo com as GRI e consta no capítulo 4^a do Relatório de Gestão.

Acontecimentos após a data do balanço

A DOCAPESCA perspetiva que, no decurso de 2024, no âmbito do processo de descentralização, estabelecido pela Lei n.º 50/2018, venha a ocorrer a transferência de competências para mais municípios, em concreto a gestão de ativos que se encontram, presentemente, na sua esfera de jurisdição, encontrando-se a apurar os impactos contabilísticos e fiscais associados, não antevendo que os mesmos sejam suscetíveis de afetar a sua continuidade, bem como o cumprimento de quaisquer responsabilidades.

5. RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

Analisado o RGS, o Conselho Fiscal emite a sua opinião em Declaração Autónoma (Vd. Anexo 6).

6. PARECER

Face ao que precede, e considerando a informação disponibilizada ao Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências, conclui-se que o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2023 reflete de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, a atividade da Sociedade e a sua situação económica e financeira.

No entanto, salienta-se o facto de não se encontrar cumprido, na sua plenitude, o disposto no art.º 133.º DL n.º 10/2023, de 8 de fevereiro, não obstante a fundamentação da Empresa, bem como a opinião com reservas constante da Certificação Legal das Contas, emitida pelo ROC em 18/03/2024, decorrentes da assunção pela DOCAPESCA das atribuições e competências do extinto IPTM, ao abrigo do DL n.º 16/2014, relacionadas com o impacto da futura integração dos ativos, ainda por avaliar, provenientes daquele Instituto e outra com o IMI resultante da assunção de responsabilidades com novas infraestruturas na sequência das novas competências atribuídas e da negociação de contratos de concessão celebrados com as Administrações Portuárias.

Em consequência do sobredito, o Conselho Fiscal é de parecer favorável que a Assembleia Geral:

- Aprove o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2023, apresentados pelo Conselho de Administração da DOCAPESCA, atenta a opinião com reservas constante da Certificação Legal das Contas;
- Pondere a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão;
- Proceda à apreciação geral da administração e da fiscalização da Sociedade, nos termos previstos no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais.

Por último, o Conselho Fiscal deseja manifestar ao Conselho de Administração, aos serviços da Entidade e ao Revisor Oficial de Contas o seu apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 18 de março de 2024

Presidente,

**Pedro Miguel
Pinto Monteiro**
Digitally signed by Pedro
Miguel Pinto Monteiro
Date: 2024.03.18 18:01:18
Z

Vogal,

Assinado por: **Maria Gabriela Nunes Mendes
Campos**
Num. de Identificação: 08552562
Data: 2024.03.18 20:05:34+00'00'

Vogal,



Assinado por: Luis Miguel
Catarino Narciso Lourinho
Correia
Identificação: B11527695
Data: 2024-03-18 às 23:10:44

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1	Balanço em 31 de dezembro 2023
Anexo 2	Demonstração individual dos resultados por naturezas em 31 de dezembro 2023
Anexo 3	Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro 2023
Anexo 4	Investimento em 31 de dezembro de 2023
Anexo 5	Informação estatística do pescado transacionado – janeiro a dezembro de 2023
Anexo 6	Declaração Autônoma do Conselho Fiscal – Relatório de Governo Societário 2023
Anexo 7	Certificação Legal das Contas – BDO & Associados, SROC, Lda

ANEXO 1 – BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade: euros

Ativo	2023	2022	Δ 23/22	
			Valor	(%)
Investimentos financeiros	147 500	147 500	0	0,0%
Ativos fixos tangíveis	33 356 521	28 023 618	5 332 903	19,0%
Ativos intangíveis	582 818	523 106	59 712	11,4%
Outros investimentos financeiros	107 437	97 138	10 298	10,6%
Ativos por impostos diferidos	370 221	364 978	5 244	1,4%
Ativo não corrente	34 564 497	29 156 340	5 408 157	18,5%
Inventários	115 144	102 914	12 230	11,9%
Clientes	3 225 508	3 480 335	-254 828	-7,3%
Estado e outros entes públicos	1 393	393	1 001	254,9%
Outros créditos a receber	8 861 284	8 863 107	-1 822	0,0%
Diferimentos	392 448	205 829	186 619	90,7%
Caixa e depósitos bancários	2 525 592	5 624 005	-3 098 412	-55,1%
Ativo corrente	15 121 370	18 276 582	-3 155 213	-17,3%
Total do Ativo	49 685 867	47 432 922	2 252 945	4,7%
Capital Próprio e Passivo				
Capital realizado	9 028 400	9 028 400	0	0,0%
Reserva legal	1 805 680	1 445 517	360 163	24,9%
Resultados transitados	7 373 557	5 524 196	1 849 360	33,5%
Outras variações no Capital Próprio	9 011 680	8 120 760	890 919	11,0%
Resultado líquido do período	835 947	2 946 030	-2 110 083	-71,6%
Total do capital próprio	28 055 264	27 064 905	990 359	3,7%
Provisões	1 438 394	1 459 582	-21 188	-1,5%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	1 645 428	1 622 123	23 305	1,4%
Outras dívidas a pagar	2 684 575	2 076 585	607 989	29,3%
Passivo não corrente	5 768 397	5 158 291	610 106	11,8%
Fornecedores	1 724 952	1 219 034	505 918	41,5%
Estado e outros entes públicos	1 289 217	2 039 732	-750 515	-36,8%
Outras dívidas a pagar	12 834 683	11 939 189	895 495	7,5%
Diferimentos	13 354	11 772	1 581	13,4%
Passivo corrente	15 862 206	15 209 727	652 479	4,3%
Total do passivo	21 630 603	20 368 017	1 262 586	6,2%
Total do capital próprio e do passivo	49 685 867	47 432 922	2 252 945	4,7%

Fonte: Documentos de prestação de contas

ANEXO 2 – DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade: euros

Rendimentos e Gastos	2023	2022	Δ 23/22	
			Valor	(%)
Vendas e serviços prestados	29 932 240	30 027 679	-95 439	-0,3%
Subsídios à exploração	132 451	203 102	-70 651	-34,8%
Variação nos inventários da produção	181	2 257	-2 076	-92,0%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-418 274	-433 483	15 209	3,5%
Fornecimentos e serviços externos	-10 142 188	-9 579 789	-562 399	-5,9%
Gastos com o pessoal	-14 205 139	-13 402 100	-803 038	-6,0%
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	-6 444	17 176	-23 620	-137,5%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-574 903	538 677	-1 113 580	-206,7%
Provisões (aumentos/reduções)	21 188	-129 664	150 852	116,3%
Outros rendimentos	2 544 898	2 484 981	59 917	2,4%
Outros gastos	-1 736 455	-1 438 526	-297 929	-20,7%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	5 547 556	8 290 310	-2 742 754	-33,1%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-4 481 652	-4 211 392	-270 260	-6,4%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1 065 904	4 078 918	-3 013 015	-73,9%
Juros e rendimentos similares obtidos	11 275	13 976	-2 702	-19,3%
Juros e gastos similares suportados	-13 076	-9 543	-3 533	-37,0%
Resultado antes de impostos	1 064 102	4 083 352	-3 019 250	-73,9%
Imposto sobre o rendimento do período	-228 155	-1 137 322	909 166	79,9%
Resultado líquido do período	835 947	2 946 030	-2 110 083	-71,6%

Fonte: Documentos de prestação de contas

ANEXO 3 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade: euros

	2023	2022	Δ 23/22	
			Valor	(%)
Recebimentos de clientes	36 311 231	36 002 760	308 471	0,9%
Pagamentos a fornecedores	-14 486 005	-15 083 380	597 375	4,0%
Pagamentos ao pessoal	-14 264 757	-13 593 955	-670 803	-4,9%
Caixa geradas pelas operações	7 560 468	7 325 424	235 044	3,2%
Pagamentos / recebimentos do imposto sobre o rendimento	-956 010	-1 582 947	626 938	39,6%
Outros recebimentos / pagamentos	-1 823 471	-968 043	-855 428	-88,4%
Fluxos de caixa das atividades operacionais	4 780 987	4 774 434	6 553	0,1%
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	-11 404 300	-6 650 553	-4 753 747	-71,5%
Ativos intangíveis	-17 129	-81 214	64 085	78,9%
Investimentos financeiros				
Recebimentos provenientes de:				
Subsídios ao investimento	4 285 834	1 534 078	2 751 755	179,4%
Juros e rendimentos similares	4 957	37	4 920	13189,4%
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-7 130 638	-5 197 652	-1 932 987	-37,2%
Recebimentos provenientes de:				
Realizações capital e outros instr. cap. próprio				
Pagamentos respeitantes a:				
Juros gastos similares	-12 253	-9 324	-2 930	-31,4%
Dividendos	-736 508	-800 000	63 492	7,9%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-748 761	-809 324	60 563	7,5%
Variações de caixa e seus equivalentes	-3 098 412	-1 232 541	-1 865 871	-151,4%
Caixa e seus equivalentes no início do período	5 624 005	6 856 546	-1 232 541	-18,0%
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2 525 592	5 624 005	-3 098 412	-55,1%

Fonte: Documentos de prestação de contas

ANEXO 4 – INVESTIMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade: euros

Local investimento (janeiro a dezembro de 2023)	Corrente		Taxa de execução	Específico		Taxa de execução	Total		Taxa de execução
	Executado	Previsto		Executado	Previsto		Executado	Previsto	
DPL do Algarve	446 925	480 000	-6,9%	3 766 052	2 442 467	54,2%	4 212 977	2 922 467	44,2%
DPL do Norte e Matosinhos	297 599	235 000	26,6%	2 518 976	1 082 000	132,8%	2 816 576	1 317 000	113,9%
DPL do Centro	169 827	175 000	-3,0%	773 576	760 000	1,8%	943 403	935 000	0,9%
DPL do Centro Norte	227 123	185 000	22,8%	734 301	407 500	80,2%	961 424	592 500	62,3%
DPL Centro Sul	115 053	175 000	-34,3%	2 737 576	1 370 000	99,8%	2 852 629	1 545 000	84,6%
Projetos Comuns	220 415	250 000	-11,8%	6 235	325 000	-98,1%	226 650	575 000	-60,6%
Total	1 476 942	1 500 000	-1,5%	10 536 716	6 386 967	65,0%	12 013 659	7 886 967	52,3%

Fonte: Documentos de prestação de contas

Unidade: euros

Investimento total (janeiro a dezembro de 2023)	Execução	Previsto	Taxa de execução	
			Valor	%
Específico	10 536 716	6 386 967	4 149 749	65,0%
Correntes	1 476 942	1 500 000	-23 058	-1,5%
Total	12 013 659	7 886 967	4 126 692	52,3%

Fonte: Documentos de prestação de contas

ANEXO 5 – INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA DO PESCADO TRANSACIONADO
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2023

Delegações e postos	jan - dez 2023			jan - dez 2022			Δ 23/22 (%)		
	Volume	Valor	Preço Médio	Volume	Valor	Preço Médio	Volume	Valor	Preço Médio
	(10 ⁶ Kg)	(10 ⁶ €)	(€/Kg)	(10 ⁶ Kg)	(10 ⁶ €)	(€/Kg)			
Norte e Matosinhos	17	42	2,47	16	39	2,44	-29,6%	-7,0%	32,0%
Centro Norte	16	37	2,34	15	37	2,54	-15,5%	1,0%	19,5%
Centro	24	55	2,33	22	54	2,44	16,0%	5,9%	-8,8%
Centro Sul	37	56	1,51	32	54	1,67	9,6%	2,4%	-6,5%
Algarve	17	61	3,55	14	62	4,39	-9,8%	-4,8%	5,5%
TOTAL	110	250	2,27	99	246	2,48	-4,6%	-0,6%	4,2%

Fonte: Informação Estatística - dezembro de 2023

ANEXO 6 – Declaração Autónoma do Conselho Fiscal – Relatório de Governo Societário 2023

DECLARAÇÃO DO CONSELHO FISCAL
RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO 2023
DOCAPESCA – PORTOS E LOTAS, S.A.

Nos termos do n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013³⁷, de 3 de outubro, declaramos que foram cumpridas as orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado (SEE), em matéria de reporte, por parte da DOCAPESCA – Portos e Lotas, S.A.

É nosso entendimento que o Relatório de Governo Societário referente ao exercício de 2023, elaborado pelo Conselho de Administração daquela Sociedade, contém informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas no Capítulo II – Secção II do antedito diploma e foi elaborado em conformidade com o modelo disponibilizado pela UTAM - Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial.

O Conselho Fiscal deseja manifestar ao Conselho de Administração, aos serviços da Entidade e ao Revisor Oficial de Contas o seu apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 18 de março de 2024

Presidente,

**Pedro Miguel
Pinto Monteiro**

Digitally signed by Pedro
Miguel Pinto Monteiro
Date: 2024.03.18 18:03:19
Z

Vogal,

Assinado por: **Maria Gabriela Nunes Mendes
Campos**
Num. de Identificação: 08552562
Data: 2024.03.18 20:11:29+00'00'



CHAVE MÓVEL

Vogal,

³⁷ Que aprovou o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), e alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de outubro e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Docapesca - Portos e Lotas, SA (adiante também designada por Docapesca ou Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total do ativo de 49 685 867 euros e um total de capital próprio de 28 055 264 euros, incluindo um resultado líquido de 835 947 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Com a publicação do Decreto-Lei nº 16/2014, de 3 de fevereiro, a Docapesca assumiu as funções de autoridade portuária nos portos de pesca e marinas de recreio anteriormente sujeitos à jurisdição do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IP (IPTM), bem como todos os bens, direitos e obrigações afetos ao referido Instituto. Tal como referido nas Notas 1.3 e 28 do Anexo, o processo de integração encontra-se ainda em curso, tendo em 2023 sido reconhecidos 28 419 euros referentes a clientes. Assim, as demonstrações financeiras da Empresa referentes ao exercício de 2023, conforme detalhado na Nota 28 do Anexo, refletem alguns saldos decorrentes desse processo, nomeadamente, Outras variações no capital próprio no total de 810 370 euros (781 951 euros em 2022), fundamentalmente com integração de saldos de clientes e responsabilidades com processos judiciais e outras responsabilidades. Os bens patrimoniais e dominiais, com exceção, das viaturas, das embarcações e dos equipamentos de movimentação portuária, não foram ainda integrados por não se encontrarem ainda avaliados, em virtude da Empresa se encontrar a aguardar a conclusão do processo de descentralização ao abrigo da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto. Conforme divulgado no ponto 22 do Relatório de Gestão, está em curso o processo de quantificação dos impactos contabilísticos e fiscais associados à transferência de competências para os municípios, com os quais se encontram ainda a decorrer os processos negociais. Face ao exposto, não é possível concluir sobre os eventuais efeitos nas demonstrações financeiras, bem como dos ajustamentos que possam vir a ser necessários efetuar relativamente aos saldos já reconhecidos no processo de integração e os impactos contabilísticos e fiscais associados aos ativos a transferir para os municípios. Esta situação configura uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.

Na sequência das novas competências atribuídas e da negociação de alguns contratos de concessão celebrados com Administrações Portuárias, a Empresa assume a responsabilidade pela manutenção das infraestruturas móveis e imóveis, assumindo por isso encargos associados ao Imposto Municipal sobre Imóveis sobre as referidas infraestruturas. Uma vez que não é possível determinar nem o valor patrimonial tributário dos bens nem as possíveis isenções em sede de IML, a empresa não está em condições de determinar o potencial montante a pagar. Em exercícios anteriores e para bens registados antes da integração foi utilizado como base o valor de aquisição e constituída uma provisão, no montante de cerca de 348 375 euros, a qual não foi objeto de qualquer reforço ou reversão no corrente ano, conforme referido na nota 14.1 do Anexo. Conforme referido no ponto 5 do Relatório de Gestão e na nota 1.3 do Anexo a Empresa aguarda a conclusão do processo de descentralização ao abrigo da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto. Dado que não dispomos de elementos que nos permitam aferir a razoabilidade de tal montante, e considerando que a estimativa efetuada pelos Serviços, para além de não ter sido atualizada em 2023, não tomou em consideração a totalidade das infraestruturas envolvidas, não nos foi possível desenvolver procedimentos alternativos suscetíveis de apurar o montante de responsabilidades que poderão estar envolvidas, bem como a suficiência, ou insuficiência, da provisão constituída. Esta situação configura uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão e de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou a erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

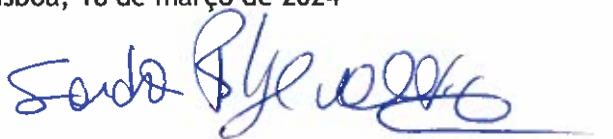
Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento às Instruções da Direção-Geral do Tesouro e Finanças do Processo de Prestação de Contas referente a 2023, informamos que a Docapesca incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira.

Lisboa, 18 de março de 2024



Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério
(ROC nº 995, inscrita na CMVM sob o nº 20160610)
em representação de BDO & Associados - SROC